



**REINVENTAR O PROTAGONISMO PARA UM CONTEXTO DESPOLITIZADO: ENTRE MEMÓRIA,
HISTÓRIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

**REINVENT THE PROTAGONISM TO A DESPOLITICIZED CONTEXT: BETWEEN MEMORY, HISTORY
AND EDUCATION IN HUMAN RIGHTS**

**REINVENTAR EL PROTANISMO PARA UN CONTEXTO DESPOLITIZADO: MIENTRAS MEMORIA,
HISTORIA Y EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS**

Ana Danielly L. Batista Pessoa¹
Auristela Rodrigues dos Santos²
Maria Elizete Guimarães Carvalho³

Resumo: Este artigo tem por propósito refletir sobre a sociedade brasileira na atualidade, considerando aspectos de retrocesso e de ruptura na educação, norteando-se por discussões e diálogos que consideram a memória, a história e a Educação em Direitos Humanos como possibilidades de protagonismo nesse cenário controverso. Na defesa de uma sociedade democrática e de uma educação para a politização dos sujeitos, enfatizamos a importância de reinventar o protagonismo, em corroboração com a leitura crítica do mundo, contribuindo para construção de uma sociedade que conheça não apenas o presente, mas possa refletir sobre o passado e projetar o futuro. Destacamos que a ditadura civil-militar (1964-1985) se configura como um período de fragilização da democracia brasileira e como espelho para a não repetição do passado. Na perspectiva do protagonismo, a preservação da memória, o fortalecimento da história e a Educação em Direitos Humanos favorecem a resistência e o enfrentamento dos retrocessos na educação.

Palavras-chave: Protagonismo e educação. História e Memória. Democracia. Educação em Direitos Humanos.

¹Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa, Paraíba, Brasil.

²Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa, Paraíba, Brasil.

³Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa, Paraíba, Brasil.



Abstract: This project has the purpose of reflect about the Brazilian society actually, considering regression and rupture aspects at education, directing by discussions and dialogs that considering the memory, the history and the Education in Human Rights as possibilities of protagonism in this controversial setting. At the defense of a democratic society and an education to the subject politicizing, we emphasizing the importance of reinvent the protagonism, corroborating with the world critical reading, contributing to the building of a society that does not only know the present, but can reflect about the past and project the future. We highlight that the civil-military dictatorship (1964-1985) configures as a period of Brazilian democracy fragilization and as a mirror to the past non-repetition. At the protagonism perspective, the memory preservation, the history empowerment and the Education in Human Rights favor the resistance and the dealing of the education regression.

Key-words: Protagonism and Education. History and Memory. Democracy. Education in Human Rights.

Resumen: Este artículo tiene por propósito reflexionar acerca de la sociedad brasileña en la actualidad, considerando aspectos de revés y rotura en la educación, norteándose por discusiones y diálogos que consideran la memoria, la historia y la Educación en Derechos Humanos como posibilidades de protagonismo en ese marco controvertido. En la defesa de una sociedad democrática y de una educación para la politización de los sujetos, enfatizamos la importancia de reinventar el protagonismo, en corroboración con la lectura crítica del mundo, contribuyendo para la construcción de una sociedad que conozca no sólo el presente, pero pueda reflexionar acerca del pasado y proyectar el futuro. Destacamos que la dictadura civil-militar (1964-1985) configúrase como un periodo de fragilización de la democracia brasileña y como espejo para la no repetición del pasado. En la perspectiva del protagonismo, la preservación de la memoria, el fortalecimiento de la historia y la Educación en Derechos Humanos favorecen la resistencia y el enfrentamiento de los reveses en la educación.

Palabras-clave: Protagonismo y Educación. Historia y Memoria. Democracia. Educación en Derechos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

Esse texto, como proposta produtiva, busca desenvolver uma reflexão sobre as problemáticas que circundam as questões políticas, sociais e educacionais do nosso tempo, dialogando com protagonismos e demandas do cenário atual, considerando suas conjunturas, circunstâncias e conflitos referentes às vivências, práticas e experiências coletivas.

Nesse sentido, a produção procura elucidar um conjunto de preocupações e/ou discussões que permeiam a realidade brasileira, no tocante aos retrocessos que estão sendo impostos, sobremaneira, no contexto educacional. O juízo que nos ocorre, considerando as constatações que aqui serão apresentadas, é o de que, embora condicionados à realidade,



podemos superar o determinismo⁴ e retrocessos, fazendo uma leitura crítica do mundo e buscando compreender a situação de opressão como algo a ser rompido e se engajando “na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão” (FREIRE, 2014, p.44).

Conscientes da necessidade de engajamento político, lamentamos o estado de despolitização que caracteriza a sociedade brasileira atualmente, tendo em vista o alheamento da coletividade, frente às questões políticas e à posição de “quem perdeu seu endereço na história” (FREIRE, 2011, p.21); imobilizada diante das intervenções impostas no campo educacional, sob o discurso da proposição de melhorias, quando, na verdade, estão sendo impostas, a um povo sem memória, formas mascaradas de um passado recente. Diante dessas preocupações, questionamos: como reinventar o protagonismo, face aos desacertos/inversões atuais? Como favorecer a permanência de conhecimentos que estão sendo desconstituídos?

No cerne dessas discussões, evocamos três concepções/dimensões do conhecimento que irão nortear e contribuir com a organização do presente trabalho: o conceito de memória, o conceito de história e a contribuição da Educação em Direitos Humanos (EDH), articulando-os com o contexto atual brasileiro, imputando aos historiadores a responsabilidade política de mediar o diálogo frente às constantes rupturas e continuidades que engendram as relações de poder em uma sociedade.

Não obstante, são nessas relações de poder em que ocorre o controle acerca da memória e da história. Quando nos referimos à memória, estamos imersos em um contexto no qual a lembrança, o esquecimento e o silêncio estão presentes, como formas de trazer à tona ou de deixar à margem alguns acontecimentos que podem, de certa forma, influenciar ou prejudicar os acontecimentos vindouros.

Para Nunes (2003, p.04), “Arrumamos a memória de acordo com nossos sentimentos e crenças e realizamos um grande investimento para esquecer parte das nossas vivências, talvez até maior do que o esforço para mantê-las”. Nessa perspectiva, a memória apresenta-se como algo que pode ser manipulável, ora para lembrarmos de algo que porventura tenha alguma significância, ora para esquecermos de algo que, no presente, seja capaz de modificar algum tipo de conhecimento que já é considerado imutável.

⁴Ideia presente no pensamento de Paulo Freire. O autor considerava que, embora o ser humano esteja condicionado a fatores genéticos, culturais e sociais, precisava libertar-se das cadeias do determinismo, reconhecendo a história como um tempo de possibilidades (FREIRE, 2011).



A título de exemplo, podemos mencionar as memórias atreladas à Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e as memórias que possuímos a respeito do período da escravidão brasileira, considerando seus reflexos nas décadas posteriores, chegando até a sociedade contemporânea, na medida em que ambas nos trazem lembranças, por vezes, generalizantes sem que haja um maior respaldo dos fatos pormenorizados. Esses fatos situam-se na contramão dos determinismos permeados pelo positivismo, culminando em desconsiderar os avanços em nossa democracia, bem como afligindo os Direitos humanos.

Importa ressaltar que só é possível falar em democracia, quando se tem “uma cultura preparada para o não-retorno” (BITTAR, 2007, p. 314). Assim, sendo uma das principais funções da democracia a proteção dos direitos humanos fundamentais, essa deve ser umbilicalmente comprometida com a conscientização dos sujeitos sobre seu passado histórico, a fim de diminuir os riscos de repetição dos desacertos cometidos pelas gerações anteriores.

É nesse sentido que Educação em Direitos Humanos (EDH) e democracia relacionam-se, pois a EDH não busca modelar as pessoas partindo do exterior ou da mera transmissão de conhecimento, pelo contrário, busca produzir nelas uma conscientização verdadeira que as prepara para a emancipação, pois como afirma Adorno (2003, p. 142): “Uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado”. Desse modo, uma educação emancipatória, elucida o passado histórico, a fim de trazer responsabilidade sobre os sujeitos em relação às decisões do presente e do futuro.

No que diz respeito à história, Certeau (2011) coloca em discussão que a mesma se encontra dispersa em discursos, uma vez que sejam resultantes de um corpo organizado, ou seja, de uma disciplina (ciência). Logo, se tem uma ambiguidade na história, em virtude de que ao mesmo tempo em que ela produz os conhecimentos científicos, esses mesmos conhecimentos são colocados em questão pelos discursos que resultam deles; é o historiador um dos principais sujeitos responsáveis por questioná-los, tecendo uma análise crítica e contrapondo-os a outros discursos e outras fontes históricas. Nesse cenário, é o historiador o principal protagonista em reinventar/recriar a história, recolhendo fontes e analisando circunstâncias, ou, como ensina Benjamin (*apud* GAGNEBIM, 2018), recolhendo os cacos do passado e do presente.

Pautando-se nas discussões precedentes, as quais servem de orientação para o desenvolvimento do trabalho, assim como base para dar início a discussões mais apuradas no próximo tópico, colocamos em questão o propósito do presente artigo, o qual opta por



problematizar o contexto brasileiro em sua atualidade, considerando as continuidades e as rupturas que permeiam o campo educacional, estando esse sob influência da memória, da história e dos Direitos Humanos.

No que concerne ao aporte teórico-metodológico, utilizamos fontes escritas, baseando-nos em reflexões do atual momento experienciado pelo país, já que vivenciamos cotidianamente mudanças postas nos diversos pilares sociais, em especial, o educacional. Ancoramo-nos em teóricos que tratam a temática de forma direta ou de forma subjacente, entre eles: Certeau (2011), Chartier (1990), Freire (2011; 2014) e Lombarde (2017), os quais juntamente com outros nortearão a discussão e a análise.

A seguir, iniciamos uma problematização da realidade brasileira, a partir do nosso lugar de sujeito social, frente aos retrocessos que estamos vislumbrando no contexto vigente. Assim, partimos da relação entre memória e história, no que se refere aos atos de esquecer, de lembrar e de silenciar, em suas inúmeras nuances, seja para se adequar ao que está sendo imposto, tornando-se alienado de sua própria história ou ir de encontro ao que está posto, convertendo-se em questionador de sua própria história.

2 MEMÓRIA E HISTÓRIA: UM PASSADO FREQUENTA O PRESENTE E ANTECIPA O FUTURO

O que é levado em conta no ato de esquecer, de lembrar ou de silenciar? Muitas questões podem ser levantadas sobre o ato de avivar algumas memórias em detrimento de outras. Esse exercício de refletir sobre o ato de esquecer, de lembrar e de silenciar deve fazer parte do cotidiano do historiador.

Ora, por que atrocidades cometidas durante alguns momentos sombrios da história foram submergidas e, até hoje, não há respostas ou mesmo culpados condenados? Nesse sentido, o contexto histórico da ditadura civil-militar nos serve como exemplo, tendo em vista que essa conjuntura ocasionou diversas barbáries, como, assassinatos, desaparecimentos, torturas, etc. Esses acontecimentos marcaram vidas e famílias que não foram devidamente reparadas ou atendidas em suas demandas. No entanto, embora algumas famílias tenham sido compensadas legalmente, será que tiveram seu sofrimento sanado? A resposta óbvia é não. Então, qual o preço que se pagaria por tais atrocidades? Que ao menos, suas memórias não sejam aniquiladas ou apagadas, para que as suas dores não tenham sido em vão.



Importa compreender que há interesse de que o passado seja esquecido ou lembrado, dependendo se determinado período prejudica ou exalta figuras importantes ou poderosas. O fato é que o ato de esquecer, silenciar ou lembrar muitas vezes é intencional. Dependendo do contexto histórico, político e econômico e dos sujeitos que manipulam a história e a memória, torna-se mais conveniente criar estratégias de esquecimento ou de avivamento, manipulando fatos e ideias que possam interferir para a estabilização de “novas verdades”.

Nesse sentido, afirmamos que o historiador deve ter o conhecimento que lembrar, silenciar ou esquecer são atos políticos que afetam diretamente a sociedade, sua identidade, seu presente e seu futuro. Nesse arcabouço, as discussões sobre memória e sobre história precisam ser frequentes e entendidas como necessárias ao fortalecimento de resistências, de justiça, da verdade e da democracia. Como afirma Barbosa: “[...] Lembrar, desvendar e esclarecer são anseios da cidadania, afinal somos aquilo que lembramos, não para alimentar o ódio e a raiva, mas para ter consciência e para criar uma racionalidade capaz de sublimar a tragédia que é a bestialidade da violência” (BARBOSA, 2007, p, 167).

Temos consciência das permanências históricas, dessas forças que ficam aguardando o momento de se manifestarem. Todavia, muitas vezes, esquecemo-nos das consequências que uma sociedade pode enfrentar por não conhecer sua história por ela estar “adormecida”, lembrando que é possível essas permanências aguardarem muito tempo para se projetarem. Será, então, que o passado pode frequentar o presente e o futuro? Acreditamos que sim.

Na verdade, os acontecimentos de um determinado período histórico não se desenvolverão da mesma forma ou na mesma proporção no contexto atual ou diversificado, no entanto, por negligenciarmos nossa história e memórias, não construímos protagonismos, resistências e consciência crítica frente às continuidades de fatos anteriores que insistem em manifestar-se no presente. Fatos que estão com outra roupagem, mas que continuam enraizados no passado. Como por exemplo: a desvalorização de uma educação alinhada aos princípios democráticos e libertadores e a promoção de uma educação com caráter produtivista.

É nessa perspectiva que buscamos refletir sobre o contexto atual, embora, despretensiosos de esgotar a complexidade dos temas que estão imbuídos dentro do cenário brasileiro político-educacional. Lembramos, então, que o passado não passa, apresentando-se de outras maneiras, revestindo-se de novo, embora percebamos suas marcas e cicatrizes em determinados fatos e acontecimentos.



A sociedade brasileira está em crise. Essa crise perpassa as questões econômicas e políticas, afetando diretamente a sociedade, configurando-se em uma crise da democracia, dos direitos humanos, e, portanto, da educação e da produção do conhecimento. Não há possibilidade de pensar a educação presente distante dos acontecimentos atuais. Certeau (2011, p. 53) ressalta que, “[...] um discurso ideológico se ajusta à uma ordem social”, logo, o discurso educacional contemporâneo, embora obedeça a regras próprias, articula-se com os acontecimentos sociais ao seu redor e com fatos e ideias que aguardavam na penumbra o momento de virem à luz e retomarem a cena histórica.

A atual crise do país tem acarretado sérias consequências para a democracia, a qual foi golpeada por diversas vezes ao longo da história e parece nunca se ter concretizado efetivamente em nossa sociedade, tendo em vista os interesses das elites e a negação de direitos dos menos favorecidos, nesse caso, os trabalhadores.

Importa ressaltar, que o conceito de democracia está para além da ideia de um governo da maioria, na verdade, além disso, democracia, sobretudo, se dá pela discussão aberta e pela participação efetiva da sociedade civil nas demandas públicas e nos debates coletivos. É como ensina Freire: “Nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo” (FREIRE, 2000, p. 136).

Na realidade, o povo precisa exercer ativamente a democracia em vários espaços de poder, na construção de políticas públicas, nos setores privilegiados, etc. Nesse sentido, e indo de encontro aos limites postos pelo sistema, a sociedade precisa enfrentar o autoritarismo, a fim de avançar no fortalecimento da democracia e da justiça social.

Nessa perspectiva, surge a necessidade de reinventar um protagonismo político que contribua para a formação de uma “nova gramática social” (SANTOS, 2016, p.18), ou seja, como a democracia é compreendida pelo autor:

[...] a democracia não se reduz ao procedimentalismo, às igualdades formais e aos direitos cívicos e políticos, pois por via deles nunca foi possível estender as potencialidades distributivas, tanto simbólicas como materiais, da democracia às classes populares que mais poderiam beneficiar-se delas; daí a necessidade de conceber a democracia como uma nova gramática social que rompa com o autoritarismo, o patrimonialismo, o monolitismo cultural, o não reconhecimento da diferença; tal gramática social implica um enorme investimento nos direitos econômicos, sociais e culturais (SANTOS, 2016, p. 18).



Concordamos com o autor, quando percebemos que a sociedade brasileira investiu fragilmente nos direitos econômicos, sociais e culturais ao sair do mais longo período autoritário de sua história, a ditadura civil-militar, enfrentando em 2016, outro momento difícil para a democracia. Se ainda hoje resistimos e enfrentamos as consequências do golpe e do período ditatorial iniciado em 1964, torna-se difícil defrontar novamente mais um desmonte das conquistas democráticas.

Assim, frente à atual conjuntura, os retrocessos no campo da educação se manifestam, e conseqüentemente, na produção da historiografia. Nessa perspectiva, conforme Certeau (2011, p. 47), “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”, percebendo-se, então, que os acontecimentos sociais, políticos e econômicos influenciam essa pesquisa e seus métodos, podendo muitas vezes ser responsável por sua limitação e lacunas, seja por falta de recursos, seja por falta de liberdade de expressão.

O mesmo autor supracitado ressalta que, “uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso” (CERTEAU, 2011, p. 59), ou seja, toda a prática historiográfica é relativa à estrutura da sociedade.

Desse modo, podemos visualizar diversos retrocessos na educação e na produção do conhecimento advindos desse contexto: desde a criação de reformas autoritárias aos grandes cortes nos investimentos na educação e na pesquisa. Percebemos, então, que, “o arrocho salarial, o sucateamento das instituições públicas” (ORSO, 2017, 241) e o descaso com os pobres e desempregados fortalecem o autoritarismo e a repressão, impossibilitando ainda mais uma educação democrática e de qualidade.

As escolas públicas, universidades e instituições federais estão em um momento difícil, frente à falta de investimentos e de grandes cortes de verbas ou *contingenciamentos* nesses setores, havendo defesas veementes sobre a privatização do ensino superior, especialmente na pós-graduação.

A realidade é que os políticos e a grande mídia estão atacando a educação, somando-se a esse ataque, a produção de pesquisas científicas. Ora, “só no final de março de 2017, com o chamado ‘ajuste fiscal’ de uma só vez, o governo Temer cortou 9,4 bilhões da educação” (ORSO, 2017, p. 245), importando ainda mencionar a PEC 241/55 que “estabeleceu o congelamento dos gastos para os próximos 20 anos, tendo como base o Orçamento de 2016, apenas acrescido da inflação de cada ano” (ORSO, 2017, p. 239).



Urge então uma pergunta retórica: como continuar avançando nas pesquisas, na produção historiográfica e na educação nacional de qualidade diante desse caos? É evidente que em tal cenário no qual a “tendência à privatização do ensino está hoje fortalecida” (SANFELICE, 2017, p. 268), os grandes cortes de investimentos e a onda de ideologias conservadoras antidemocráticas prevalecem, como também, as condições de produção da história encontram-se abaladas.

As universidades estão em crise, enfrentam um enorme corte financeiro que tem atingido programas, bolsas de pesquisas, entre outros setores, além das constantes tentativas de controle e desdemocratização. Tal melancólica realidade tem refletido e comprometido a pesquisa no país. E, caso, nós, estudantes, trabalhadores, pesquisadores e cidadãos, não reagamos de forma objetiva e organizada, iremos perder as poucas conquistas que ainda restam. Na verdade, resistimos pesquisando, debatendo e apresentando à sociedade resultados como formas pacífica e saudável de enfrentamento, recriando o protagonismo pelos saberes e conhecimentos conquistados.

Nesse cenário, os direitos humanos têm sido desarticulados ou negados, construindo-se um imaginário de descrença à sua atuação. A elite conservadora e reacionária tem atuado para desconstituir o direito fundamental à educação, havendo uma tendência ao desmonte de sua efetivação, como também da pesquisa.

Mesmo em meio a cortes drásticos na educação, reformas e projetos são postos em pauta. Constituem-se a própria contradição da atualidade. A reforma do ensino médio, imposta à população através da Medida Provisória 746/2016, representa, de fato, o contexto antidemocrático, uma vez que nega o diálogo com os profissionais da educação e modifica o ensino médio para que seja de tempo integral, à medida que impõe o congelamento dos gastos.

Ora, tal reforma nasce do pensamento tecnicista e excludente que não visa à qualidade da educação nem de seus sujeitos, mas busca torná-la, a nível médio, uma ilusão. Aponta que essa educação está atrasada e precisa modernizar-se, ocasionando mudanças como aumento da carga horária, e exclusão de disciplinas que são fundamentais para a formação crítica da população educacional. Refletimos, então, contemplando as ideias que fundamentam ou perpassam o instrumento legal, que a educação brasileira vivenciou essas questões algumas décadas atrás, o que nos ajuda a entender as permanências históricas. Em outras palavras: trata-se de um passado que não passa, que permaneceu adormecido aguardando o momento exato de retornar.

Frente ao cenário em evidência, a educação é pensada para formar sujeitos passivos, alienados e trabalhadores. O ensino voltado para a profissionalização é posto em evidência,



esquecendo que tal perspectiva já foi um fracasso no passado, com a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, Lei 5.692/1971.

Assim, parece-nos que vivenciamos a crise não apenas da democracia, como também, a crise da própria educação. Uma educação pensada de cima para baixo, das elites para os trabalhadores, dos dominantes para os dominados, sem (ou com mínima) participação dos interessados. Vale ressaltar, que reconhecemos a necessidade de melhorar a educação básica, e nela o ensino médio, mas o debate com os profissionais da educação, estudantes e toda a sociedade é condição essencial para as modificações a serem implementadas.

Não podemos, nessa discussão, deixar de mencionar o movimento “Escola sem partido”. Apenas em uma conjuntura na qual a educação é vista como instrumento de dominação e não de libertação e conscientização, é que uma proposição como essa poderia ser colocada para apreciação e debate. Trata-se de uma proposta conservadora que defende a educação desideologizada, que, na realidade, ataca o professor em sua liberdade, propondo-se isenta de ideologia, quando, na verdade, está promovendo uma ideologia (SANFELICE, 2017), e retoma um passado próximo. Nas palavras de Santos:

A Escola sem partido, portanto, retoma a ideologia da política educacional das reformas da ditadura civil-militar, que preocupada com a conscientização do povo, criou condições de despolitizar os cidadãos com uma formação funcional. Assim, a doutrinação de esquerda que os idealizadores afirmam dominar a escola atual, precisa dar lugar, com a “Escola sem Partido”, a doutrinação conservadora (SANTOS, 2018, p. 94).

É neste ponto que se encontra a nossa grande preocupação com a proposta da “Escola sem partido” ou a “Lei da mordaza” (como chamam alguns opositores). Pois, a ideologia proposta está relacionada aos partidos de direita (conservadores e positivistas) e aos tradicionais modelos de doutrinação, cujas profundas raízes na educação, dificultam intensamente a promoção de uma escola verdadeiramente laica.

Percebemos, na verdade, que seus princípios constituem-se em uma nova roupagem do que já existiu e, dessa forma, seus idealizadores pretendem retroceder para uma educação doutrinária, isenta de reflexões, diversidade e luta por direitos, na qual os professores só poderão expressar suas opiniões quando refletirem sobre a ideologia do poder. Lembramos, então, sobre o avivamento de fatos e memórias educacionais, para a compreensão de que a continuidade se constitui um aspecto silencioso, mas presente em conjunturas históricas.



Esse movimento nasce da percepção de que a escola estaria reproduzindo as ideologias de esquerda. Tal concepção parte de uma visão retrógrada/positivista da escola, desconsiderando, por exemplo, os estudos de Chartier (1990), que tratam das representações e das apropriações. Nesse sentido, os sujeitos podem até ser condicionados a certas ideologias, no entanto, podem criar estratégias para reagir e recusar modelos e imposições. Os indivíduos apropriam-se de formas diferentes.

Enfim, podemos visualizar o ataque à educação e ao desmonte das conquistas nesse campo e nos direitos dos trabalhadores. Portanto, é fundamental que os historiadores reajam e que a produção historiográfica resista, lembre o passado de golpes e faça registros e associações com os acontecimentos educacionais do presente, tornando-se necessário reinventar um novo protagonismo, que reaja contra formas de acriticidade, com novas potencialidades e antídotos à essa conjuntura retrógrada.

Conforme elucida Certeau (2011, p. 8), “[...] uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente”. Brandão (*apud* CARVALHO, 2012, p.147) corrobora com essa ideia, dizendo que “[...] os homens falam sobre o passado pensando o presente” e, desse modo, o atual contexto da nação brasileira apresenta diversos pontos de semelhança com o passado recente, permitindo ao historiador fazer profundas reflexões sobre as permanências e as rupturas do tempo histórico.

Essas reflexões não podem ser vazias de sentidos, mas impregnadas pelo sentimento de luta e de resistência, contando com os aportes teóricos da pedagogia histórico-crítica, que conforme Oliveira (2012, p. 16), é uma pedagogia comprometida “com a luta em favor dos historicamente excluídos da educação”. Nesse sentido, citamos o exemplo do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB, especialmente a Linha de História da Educação, que mesmo diante dos desafios impostos, continua escrevendo a história da educação, oferecendo propostas, possibilitando debates e desta forma, resistindo.

Percebemos, no próprio livro: “História da Educação da Paraíba: rememorar e comemorar” (2012), que a abertura para as mais variadas fontes, temáticas e aportes teórico-metodológicos marca a produção nesse campo, o que demonstra que continuará aberto a novas exigências de produção historiográfica, dado o contexto atual, que aponta para a necessidade de observar quais temáticas e documentos precisam ser salvaguardados, e quais fontes da atualidade são desconsideradas e que precisam ser problematizadas (NUNES; CARVALHO, 2005).



Faz-se preciso, assim, que os historiadores da educação fiquem atentos às novas fontes da atualidade, pois com o grande avanço tecnológico e as mídias, na medida em que as informações são rapidamente transmitidas, são também rapidamente apagadas. Todas essas informações também serão, futuramente, fontes necessárias para compreender momentos históricos, assim, não podem ser negligenciadas, para que hoje ou no futuro, passem pelo processo de artificialização da natureza, ou seja, deixem de ser apenas informações e dados e passem a ser textos, cultura e produção histórica (CERTEAU, 2011). Tal iniciativa favorece a conscientização histórica aos que precisam (atualmente e as gerações futuras) conhecer de forma crítica seu presente/passado.

Urge, então, a necessidade do protagonismo das pesquisas em história da educação resistir “às leis do meio” que se encontram afrontando a pesquisa democrática e refletir sobre o passado e o presente, não apenas para não esquecer, mas para não perder o que nos resta de ganhos conquistados no campo educacional (CERTEAU, 2011). Pois, existe “uma tensão instalada entre aqueles que não podem esquecer e aqueles que não querem lembrar” (SANTOS; CHAUI, 2013, p. 71).

A escrita da história da educação não deixará que a história do tempo presente seja apagada da memória individual e coletiva. Fiquemos atentos: precisamos lembrar para tomar posição, questionar, resistir, pois, sim, “um passado frequenta esse presente” (CERTEAU, 2011, p.11) e também frequentará o futuro. Pois, se de um lado problematizamos o presente e projetamos o futuro, de outro manteremos nossos olhos no passado.

Com isso, caminharemos rumo à uma sociedade mais justa, em que os direitos humanos e a democracia sejam o fundamento que coordene as relações sociais, políticas e econômicas.

Refletindo sobre democracia na América Latina, Dornelles (2014) elucida que a existência de uma cultura democrática é um pressuposto para a efetivação dos Direitos Humanos e que o Estado democrático é resultado do respeito aos Direitos Humanos. Entendemos, então, que democracia e Direitos Humanos convergem entre si, pois democracia não é apenas um regime político ou uma forma de governo, mas uma forma social, uma prática sócio-econômica “que se expressa em todos os espaços da sociedade” e os Direitos Humanos, por sua vez, têm a capacidade de ser meio de luta e de contribuir para a “emergência e consolidação democrática” (DORNELLES, 2014, p. 205-206).

É nesse sentido que consideramos a fragilidade da formação da democracia no Brasil, tendo em vista que ela foi alicerçada em solo movediço, sem que a população brasileira tivesse as



informações para compreender a resistência de muitos brasileiros que enfrentaram o regime antidemocrático na luta por democracia e contra as violações dos Direitos Humanos.

Nessa perspectiva, a história e as memórias devem ser reconhecidas como fatores cruciais para o fortalecimento de um país e de sua identidade, tendo em vista que ambas favorecem a democracia e os direitos humanos. Precisamos proteger as memórias porque um povo que não conhece seu passado, não pode compreender o risco de repeti-lo, pois sem discernimento caminha em direção ao retrocesso.

Podemos observar também como o financiamento de pesquisas, especialmente na área das ciências humanas, foi drasticamente diminuído. Tudo isso favorece o esquecimento. Isso acontece exatamente porque os grupos dominantes estão em constante alerta para perpetuar suas memórias e, estrategicamente, produzir mecanismos de esquecimento como instrumento de poder (SANTOS, 2007).

Então, o contexto exige resistência. E muitos têm resistido. Quantos estudantes perseveraram em cursar uma pós-graduação, embora tenham a necessidade de trabalhar para manter a pesquisa? Quantos departamentos das universidades, sem recursos, têm continuado com seu trabalho, lançando mão de estratégias para continuar suas atividades, mesmo carentes de recursos básicos, como material de expediente? Muitos são os desafios da atualidade.

Diante de tudo isso, retoma-se o alerta sobre o lembrar, o esquecer, o silenciar e sobre a necessidade de reinventar o protagonismo. Essa insistência se dá, não apenas pela necessidade de lembrar os fatos pretéritos, assim como, não se trata apenas de retrocessos financeiros na educação, de cortes e desvalorização da pesquisa e da educação. Nesse insistente alerta consta, acima de tudo, sobre não esquecer as lutas que já tivemos para que os ganhos democráticos existissem e os direitos fossem conquistados. Se essas lutas não mais funcionam, trata-se de reinventá-las!

Conclamamos pela defesa da democracia e contra a volta do autoritarismo. Observem: “se o que defendemos não estivesse ameaçado, não haveria necessidade de construir lugares de memória, de desnaturalizar o esquecimento” (NUNES, 2003, p.4). Assim, precisamos sempre retomar o passado para avivar as memórias, a fim de afirmar a democracia atualmente ameaçada.

Ora, a sociedade brasileira, especialmente os jovens, vive numa “espécie de presente contínuo”, não reconhecendo que visitar o passado faz-se necessário, como se o presente não fosse reflexo do que se passou com suas representações e ressignificações (HOBBSAWM, 1995, p. 13).



Pois, apesar de vivermos em uma sociedade considerada democrática, muitos grupos autoritários que atuaram no passado ainda exercem o poder de decisão atualmente, efetivando ações pró desigualdade e exclusão social. São as continuidades históricas que se registram e se perpetuam.

Promover uma cultura em/e para os direitos humanos constitui-se em uma proposta fundamental para esse tempo histórico, pois a EDH fortalece uma cultura de respeito, de direitos, de justiça, como também de luta, de memória e de conscientização. Educar em/e para os direitos humanos é educar para o rompimento da cultura do autoritarismo, da padronização e das violações. É educar para o enfrentamento e o protagonismo.

Nesse horizonte, observamos que a EDH está relacionada à resistência e à luta por emancipação cidadã, extrapolando os limites da formalidade e da simples instrução, sendo capaz de transformar cidadãos em sujeitos de direitos. Para Viola, uma educação baseada nesse modelo é capaz de:

[...] produzir espaços em que os sujeitos em formação tenham como se significar como politicamente emancipados, de modo que o ato educativo não se torne mera reprodução, mas seja transformação, resistência, ruptura. Uma educação, assim concebida, pode produzir sujeitos capazes de reconhecer seus direitos e respeitar os direitos e a cultura do outro (VIOLA, 2010, p.35).

Vê-se, pois, que não é possível pensar a EDH sem o protagonismo, o enfrentamento, as lutas coletivas, a resistência e a emancipação. Essa educação não se faz no silêncio, mas na expressividade da cidadania democrática, pois ela é entendida como estratégia fundamental para a disseminação e efetivação de uma cultura universal de direitos humanos, ou seja, por meio dela, é possível reduzir as violações de direitos, e fortalecer o respeito à dignidade humana.

Mas é importante que saibamos: não é fácil romper com o passado, pois não significa apagá-lo, mas problematizá-lo para conscientizar. E também reparar.

No cenário abstruso que vivenciamos, não nos espanta a reforma do ensino médio, nem a Reforma da Previdência ou mesmo o congelamento de investimentos por 20 anos, uma vez que, em tempos de crise democrática, o autoritarismo se impõe e os direitos educacionais, sociais e dos trabalhadores são denegados, sufocados. A educação foi vítima nos anos de chumbo e tem sido nos dias atuais e sempre será um artifício forte nas mãos de governantes antidemocráticos para manter as restrições e os interesses políticos e econômicos vigorantes (SANTOS, 2018).



Compreender a história do tempo presente é desafiador e complexo. Muitas são as disputas de interesses que envolvem a conjuntura atual. Sabemos que para os historiadores do futuro muita competência se exigirá para entender e explicar o desmonte ocorrido nesse período.

Em tempos de crise democrática, não podemos perder as esperanças, devemos nos unir, disseminar o conhecimento e romper com ações totalitárias na luta pela memória, verdade e justiça. Nesse sentido, “[...] A história é o exercício da memória realizado para compreender o presente e, para nele, ler as possibilidades do futuro, mesmo que seja de um futuro a construir, a escolher, a tornar possível” (CAMBI, 1999, p. 35).

Então, se queremos construir um futuro, devemos reinventar o protagonismo e articular a história e a memória em um diálogo entre passado e presente, considerando a EDH uma aliada na luta contra a repetição de violações de direitos, rumo à uma sociedade democraticamente sem medo, pois se refere à uma educação que caminha em direção à cidadania plena.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observamos ao longo do trabalho, o passado pode frequentar o presente, mas no transcorrer dessa ação, inúmeros interesses estão em questão, seja para lembrar lembranças ou impor uma trajetória de esquecimento daquilo que optamos por não lembrar ou que somos forçados a não lembrar, por uma questão histórica e de dominação.

Para tanto, é necessário compreender a educação em seu sentido amplo, desde sua configuração em cada período histórico com suas perdas e ganhos, recuos e vitórias, perpassando sobre os parques investimentos a que, por vezes, é submetida. Essa situação culmina em afligir o transcurso da produção historiográfica, uma vez que há o corte dos investimentos, nesse caso, nos Programas de Pós-Graduação, podendo chegar a inviabilizar a pesquisa científica.

A crise da democracia e da educação assenta-se justamente no retorno aos posicionamentos do passado, como fora mencionado, ao passo que algumas medidas que estão sendo implementadas já foram, em outro momento, impostas à sociedade, a saber: a Reforma do Ensino médio, a qual pode ser comparada com a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, de 1971, ambas colocando em evidência o ensino profissionalizante, em detrimento de uma formação equânime para qualquer sujeito social, com iguais condições de oportunidades.

Todavia, o retorno ao passado também nos conduz à outra interpretação: positiva, no sentido de compreendermos a nossa história para, a partir disso, podermos ter uma consciência



crítica dos fatos, os quais estão imbuídos de influências dos grupos sociais vigentes e, assim, construímos a nossa interpretação e a nossa criticidade frente aos conhecimentos e intervenções que estão sendo propostos.

É certo que, tanto a memória quanto a história não são aprisionadas ao passado, pelo contrário, por meio delas, entendemos quem somos no presente, quais as perspectivas de melhorias do futuro e como os processos sociais se configuraram e se transformam. É nessa perspectiva que, em um contexto sensivelmente despolitizado, parte da sociedade, passivamente, tem aceitado e aplaudido os retrocessos educacionais. Ao escrever esse texto, colocamos em discussão contribuições da memória, da história e da EDH, considerando o impedimento dessa involução histórica. Compreendemos a EDH como um importante instrumento de preservação da memória, tendo em vista o seu caráter humanizador, dialógico, participativo, crítico e empoderador que se opõe à cultura do silêncio e possibilita uma conscientização e uma educação para “o nunca mais”.

Portanto, escrever um texto com essa conotação nos conduz a um protagonismo político considerado como uma afronta aos modelos sociais dominantes, tendo em vista não só ser uma posição crítica de historiadores/pesquisadores, mas, sobretudo, de sujeitos sociais, pertencentes à uma realidade, por vezes, descontextualizada, que clamam por mudanças no cenário educacional do país.

Nesse sentido, essa produção expressa a preocupação de educadores com o questionamento: para onde vai a educação? Como se fará sua trajetória daqui para frente? Buscar respostas e reflexões para as atuais circunstâncias que se sobrepõem à educação são formas de resistência à indeterminação e à insegurança de um cenário confuso e contraditório. Lembramos, por último, que esse inconformismo reinventa o protagonismo pela efetivação da educação como direito fundamental. E, porque, *esperançar* é preciso.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e emancipação**. 3. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues. Memória, verdade e educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p.157-168.



BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Educação e metodologia para os direitos humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. *In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.* João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 313- 334.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Quando a leitura do mundo precede a leitura da palavra: Angicos, 63 – os testemunhos da memória. *In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (Orgs.). Histórias da educação da Paraíba: lembrar e comemorar.* João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2012. p. 147-160.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução Maria de Lourdes Menezes. Revisão Técnica Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DORNELLES, João Ricardo Wanderley. Reflexões sobre os desafios para a Educação em Direitos Humanos e a questão democrática na América Latina. *In: RODINO, Ana Maria. et al. (Orgs.). Cultura e educação em direitos humanos na América Latina.* João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 201-222.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin: os cacos da história.** São Paulo: UNICAMP, 2018.

HOBBSAWM, Eric. O século: vista aérea. *In: HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 11-15.

LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos Roberto. O Brasil republicano: uma história de golpes de Estado. *In: LUCENA, Carlos et al. (orgs.) A crise da democracia brasileira.* v. 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. *In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília. (Orgs.). História e memória da Escola Nova.* 1. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2003, v. 1, p. 9-26.



NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. *In*: GONDRA, José Gonçalves (Org.). Eduardo Vieira... [et al.]. **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barretos de. A Pedagogia Histórico-Crítica: uma formação contra-hegemônica. *In*: PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (Orgs.). **Histórias da educação da Paraíba: rememorar e comemorar**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2012. p. 13-24.

ORSO, Paulino José. Reformas educacionais em tempos de golpe ou como avançar andando para trás. *In*: LUCENA, Carlos. *et al.* (Orgs.) **A crise da democracia brasileira**. Vol. 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SANFELICE, José Luís. Com o golpe de 2016, para onde caminhará a educação. *In*: LUCENA, Carlos. *et al.* (Orgs.) **A crise da democracia brasileira**. Vol. 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SANTOS, Auristela Rodrigues dos. **Reforma de ensino de 2º grau na conjuntura histórica da ditadura civil-militar (1964-1985)**: um estudo sobre as representações discursivas da lei nº 5692/71. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2018.

SANTOS, Márcia Pereira dos. História e memória: desafios de uma relação teórica. **Revista OPSIS**, v. 7, n. 9, jul-dez 2007, p. 81-97.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Educação em direitos humanos perspectivas e desafios. *In*: SANTADER, Ugo Carlos (Orgs.). **Memória e direitos humanos**. Brasília: LGE, 2010. p. 119-133.

SOBRE AS AUTORAS

Ana Danielly L. Batista Pessoa

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB. Mestra em Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos/UFPB. Pedagoga/UFPB. Bolsista CAPES. Grupo de Pesquisa: Memória, História e Educação.

E-mail: ana.danielly@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4888-0257>



Auristela Rodrigues dos Santos

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB. Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Pedagoga/UFPB. Bolsista CAPES. Grupo de Pesquisa: Memória, História e Educação.

E-mail: auristelars@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5436-1157>

Maria Elizete Guimarães Carvalho

Pós-doutora em Política Educativa, com fulcro em Educação em Direitos Humanos, pela Universidade do Minho/UMINHO/PT. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Advogada Civilista. Professora da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, dos Programas de Pós-Graduação em Educação/PPGE e em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas/PPGDH. Grupos de Pesquisa: Memória, História e Educação; História da Educação da Paraíba – HISTEDBR/PB.

E-mail: mecarvalho23@yahoo.com.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8331-837X>

Recebido em: 17/01/2020

Aprovado em: 04/05/2020

Publicado em: 15/05/2020

